

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15261 - Resumo Expandido - Trabalho - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado, Política e Gestão da Educação Básica

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO:
REFLEXOS EM ÂMBITO LOCAL

Maria Gorete Rodrigues de Brito - Universidade Federal do Pará (UFPA) - EDUCANORTE -
PGEDA

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO: REFLEXOS EM ÂMBITO LOCAL

Resumo: Este estudo analisa a trajetória do planejamento educacional no Brasil, no contexto das Conferências Nacionais de Educação (CONAE's) e das Conferências Nacionais Populares de Educação (CONAPE's), realizadas no país, especialmente a partir de 2018. Evidencia-se o fato de que esse movimento se constitui em torno da necessidade de monitoramento e avaliação dos respectivos Planos Decenais (PNE 2014-2024 e PEE/PA 2015-2025). Para tanto, empreendeu-se uma pesquisa documental, a partir de fontes primárias, compreendendo documentos das respectivas Conferências Nacionais de Educação; atas de reuniões, do Fórum Estadual de Educação (FEE/PA). Os resultados revelaram divergências ideológicas importantes em relação aos projetos de Conferências Nacionais de Educação, que se aprofundaram nesses últimos eventos de avaliação e acompanhamento das políticas educacionais (2018 e 2022), com seus reflexos em âmbito local.

Palavras-chave: Monitoramento e Avaliação. IV CONAE 2022. II CONAPE 2022. Projetos Políticos. Sociedade Civil.

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa a trajetória do planejamento educacional no Brasil, no contexto das Conferências Nacionais de Educação (CONAE's) e das Conferências Nacionais Populares de Educação (CONAPE's), a partir de 2018. Evidencia-se o fato de que esse movimento havia se constituído em torno da necessidade de monitoramento e avaliação dos Planos Decenais (PNE 2014-2024 e PEE/PA 2015-2025).

A discussão sobre o tema se dá numa conjuntura sócio-histórica em que ocorrem mudanças estruturais na educação brasileira, uma vez que medidas neoliberais de caráter ultraconservador foram introduzidas nas áreas sociais, com repercussões sobre o sistema educacional do País, colocando em xeque avanços conquistados a partir da redemocratização, os quais foram convertidos na Constituição Federal de 1988 (CF 1988).

Essa problemática passou a ser mais diretamente evidenciada com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 (EC 95), a qual alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e instituiu um novo Regime Fiscal, inviabilizando, por exemplo, na área do planejamento educacional, o cumprimento das metas e estratégias do

PNE 2014-2024. É a partir desse contexto, demarcado pela EC 95, que se propõe a abordagem dessa temática, com destaque para o monitoramento e avaliação dos planos decenais, ora aludidos.

Para tanto, empreendeu-se pesquisa qualitativa do tipo documental, em fontes primárias, compreendendo: Documentos Finais das CONAE's (2018 e 2022) e das CONAPE's (2018 e 2022), além de atas de reuniões, realizadas pelo FEE/PA, especialmente em 2021, o que permitiu analisar os reflexos desse processo de acompanhamento de políticas educacionais, a partir dos planos decenais, em âmbito local.

1 CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA INSTABILIDADE DEMOCRÁTICA

Considera-se a necessidade de discutir, mais diretamente, como configuraram as Conferências Nacionais de Educação, a partir do Golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff, em 2016 e a interrupção do diálogo com as entidades da área educacional, o que resultou o desmonte do Fórum Nacional de Educação (FNE), do Conselho Nacional de Educação (CNE), entre outras instâncias de participação social e política, com visibilidade nos espaços públicos.

Com efeito, a ascensão ao poder de representantes da ala mais conservadora da política brasileira, representada, inicialmente, pelo Governo Temer, contribuiu, decisivamente, para que a crise política e institucional se aprofundasse, com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2019. Esse processo de desconstrução democrática, ocorrido nos últimos anos, culminou com a frágil mobilização da sociedade e de segmentos educacionais, por meio das conferências realizadas, a partir de 2018.

A *convergência perversa* (grifos das autoras) de dois projetos de construção democrática em disputa no Brasil desde os anos 80 (DAGNINO, 2004) foi ainda mais aprofundada com a ocupação do poder central do país pelos governantes conservadores que romperam com a trajetória democrática, por meio das conferências de educação. Esse fenômeno ganhou novos contornos, na medida em que os dois projetos democratizantes que vinham sendo aprofundado na gestão das políticas públicas, a partir da CF 1988, deixaram de convergir em termos de ampliação da cidadania e da participação da sociedade civil.

O projeto neoliberal encontrava no Brasil um contendor relativamente consolidado, caracterizado pela necessidade de estabelecer interlocução com o campo adversário (representado pelo projeto democrático), nos espaços públicos de participação do Estado e da Sociedade Civil (DAGNINO, 2004), muda sua estratégia de enfrentamento. Portanto, essa inflexão nas relações entre essas duas instâncias que expressavam compromisso com o projeto participativo, desde os anos de 1990, é transmutada, na medida em que a sociedade civil, no Estado neoliberal representa, quase que exclusivamente, os interesses privatista da classe

dominante; ao passo que a sociedade civil, comprometida com o projeto democrático se expressa por meio dos movimentos sociais, sindicatos e outras entidades identificadas com o campo da esquerda políticas, como estratégia de resistência ao Estado (poder político), que, a partir de então, passou a atacar, deliberadamente, às instituições democráticas.

A materialização dessa disputa em torno de projetos políticos distintos, que deixaram de ser convergentes no espaço público, a exemplo do que vinha sendo verificado no País, mediante a interlocução do Estado com a sociedade civil, assume agora uma nova conotação. Nesse contexto, as Conferências Nacionais de Educação, realizadas a partir de 2018, passam a ser emblemáticas pelo fato de refletirem essas divergências políticas em relação ao monitoramento e à avaliação de políticas educacionais.

Para referenciar melhor as análises que serão empreendidas acerca dos projetos de Conferências Nacionais de Educação, sendo um denominado, também, de projeto oficial, representado pela IV CONAE 2022, de iniciativa do governo federal, por meio do FNE; e o outro, oriundo de entidades militantes no campo da esquerda política, que se reuniram no FNPE, instância que passou a se constituir num espaço de resistência e de defesa da participação popular na construção e implementação de políticas públicas.

Assim, para a compreensão dessas distintas perspectivas políticas e ideológicas em torno da gestão e do planejamento educacional, adota-se, neste texto, uma concepção monitoramento e avaliação, que corresponde ao acompanhamento sistemático das políticas educacionais, a partir de padrões de qualidade, os quais precisam ser legitimados pelos segmentos que representam a sociedade civil, em vista do controle social (JANUZZI, 2011; CAVALCANTE e OLIVEIRA, 2010; e DOURADO *et al*, 2016).

2 REPERCUSSÕES DOS PROJETOS DE CONFERÊNCIAS EM ÂMBITO LOCAL

Objetiva-se discutir desdobramentos desses projetos de Conferências Nacionais de Educação, em âmbito local, de modo que se possa identificar a participação da sociedade civil nesse processo, por meio das entidades e movimentos sociais com assento no FEE/PA. Entretanto, considera-se necessário registrar, inicialmente, que esse Órgão não sofreu alterações em sua composição institucional, apesar das medidas autoritárias praticadas pelo Governo Federal, que resultaram na retirada do FNE de entidades militantes na defesa de um projeto de educação pública e, conseqüentemente, na organização do Fórum Popular de Educação (FNPE), que passou a representar o projeto social democrático no campo educacional.

Assim, a manutenção da composição do FEE/PA teria contribuído para a estabelecimento do debate democrático nos espaços públicos, o que pode significar uma contradição, pelo fato de ter de coordenar conferências, em cumprimento à etapa estadual da CONAE, devido à sua condição de órgão oficial. Entretanto, representantes,

majoritariamente, da sociedade civil, se posicionaram contrários à perspectiva de Conferência advinda do governo federal, por razões políticas e ideológica. Esses aspectos se encontram consignados em atas de reuniões plenárias, do período analisado.

Tal posicionamento se refletiu na discussão dos projetos de Conferências Nacionais de Educação, em 2018. A III CONAE 2018, por exemplo, não realizou sua etapa estadual, embora tenha sido antecedida de conferências municipal, uma vez que FEE/PA, considerando o posicionamento dos delegados/as eleitos/as, chancelou o cancelamento da CONEE 2018, devido às condições precárias de infraestrutura oferecidas pelo governo estadual, aspectos que se encontram registrados nos documentos analisados. Esse fato, trouxe implicações para o monitoramento e avaliação, apesar de o FEE/PA ter produzido um relatório sobre as metas do PEE 2015-2025, que não chegou a ser avaliado em âmbito estadual.

Todavia, em relação aos projetos da IV CONAE (2022) e II CONAPE (2022), o FEE/PA, por meio de suas entidades e movimentos sociais, voltou a assumir uma posição crítica em relação ao projeto oficial de Conferência, argumentando-se no sentido de que não atendia à demanda de monitoramento e avaliação do PEE/PA 2015-2025, aspectos esses que precisavam ser priorizados por ocasião da IV CONEE (2022). Observa-se, nesse momento, a preocupação com o acompanhamento das políticas educacionais, o que não havia sido observado, anteriormente, devido ao insucesso da III CONEE (2018).

Vale ressaltar, nesse contexto, que, transcorridos quatro anos da última Conferência Oficial (2018), volta a ocorrer a mobilização em torno da construção da II CONAPE (2022), a partir da interlocução com os Fóruns Estaduais de Educação e do Distrito Federal, resultando num processo de disputa de projetos de conferência em âmbito local. Em decorrência desse movimento, o FEE/PA, sem abdicar de seu caráter oficial, se posiciona em defesa do projeto popular da II CONAPE (2022), mesmo compreendendo que precisaria enfrentar um dilema prático em relação ao cumprimento da IV CONAE (2022).

Esse impasse se atribui aos objetivos políticos antagônicos dessas Conferências, o que pode ser comprovado nos Documentos Bases das respectivas conferências, uma vez que a Conferência Oficial (IV CONAE, 2022) não se constituiu em torno da necessária avaliação do PNE 2014-2024, o que demonstra descompromisso com uma perspectiva democrática de planejamento; ao passo que a Conferência Popular (II CONAPE, 2022) se organizou com o intuito de manter a mobilização política em defesa do cumprimento das metas do mencionado Plano.

Com efeito, os objetivos políticos da IV CONAE (2022), assim como da II CONAPE (2022), reverberaram em âmbito local, dando origem a um amplo debate nas reuniões plenárias do FEE/PA, como comprovam as atas que forma analisadas. Entretanto, esses documentos confirmam que os membros desse Órgão se posicionaram, majoritariamente, em torno da necessidade do monitoramento e avaliação do PEE/PA, não obstante o fato de que as mencionadas Conferências não tivessem priorizado esses aspectos, que se reputa

imprescindíveis ao planejamento educacional.

A falta de previsibilidade desses aspectos pode ter contribuído para acentuar ainda mais o descumprimento do direito à educação pública no país. Portanto, sem que haja um acompanhamento mais sistemático da gestão das políticas educacionais, os planos decenais não se efetivam por meio de suas metas e estratégias. Dessa forma, o PNE 2014-2024, por seu turno, deixa de ser o epicentro das políticas educacionais, o que inviabiliza a materialização dos planos subnacionais, a exemplo do PEE/PA 2015-2025, que vem deixando de se constituir em instrumento de materialização de políticas permanentes de educação no Estado do Pará.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste artigo, propôs-se a discussão dos projetos de Conferências Nacionais de Educação, buscando demonstrar que se encontravam em disputa interesses políticos divergentes, em torno do monitoramento e avaliação do PNE 2014-2024.

Os dados resultantes da pesquisa documental revelaram divergências políticas importantes em relação aos projetos de Conferências Nacionais de Educação, que passaram a ser realizadas a partir de 2018, período em que ocorreu a mudança da direção política e ideológica do país, tendo repercutido, consideravelmente, nos espaços de deliberação coletivas, assim como na gestão e planejamento das políticas educacionais.

Constatou-se, por outro lado, que embora ambos projetos políticos se proclamassem a respeito do monitoramento e avaliação do PNE 2014-2024, a pesquisa demonstrou que essa perspectiva de acompanhamento por parte da sociedade civil não se institucionalizou nesses espaços de deliberação política. Portanto, o projeto oficial não efetivou esse processo de acordo com a perspectiva de monitoramento e avaliação sustentada neste trabalho. As Conferências Populares (CONAPE 2018 e II CONAPE 2022), por seu turno, apesar de evidenciarem aspectos importantes do PNE 2014-2024, se constituíram muito mais num movimento em defesa da reconstrução dos espaços democráticos, o que se considera necessário nesses tempos de ataques às instituições que defendem a participação social na gestão das políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, Nayara F. Macedo de Medeiros. Teorias da democracia: caminhos para uma nova proposta de mapeamento. BIB, São Paulo, n. 88, 2019.

DAGNINO, Evelina (2004) “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” En Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110

CARNEIRO, Ricardo; BRASIL, Flávia Duque. Controle social e as novas instituições

participativas: um panorama do caso brasileiro pós-1988. In: V Congreso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas, 2014, Madri. V Congreso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas. Madri: GIGAPP / INAP, 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes. Plano Nacional de Educação: avaliações e retomada do protagonismo da sociedade civil organizada na luta pela educação. In: ERREIRA, N. S. C. Políticas Públicas e Gestão da Educação. Polêmicas, fundamentos e análises. Brasília: Liber Livro, 2006, p. 21-50.

FLICK, U. Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. Edição Carlos Nelson Coutinho.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, SP: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

PARÁ, Ata da Reunião Plenária Extraordinária de 27 de julho de 2021.

SAVIANI, Dermeval e GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. ANDES-SN Q janeiro de 2021

SIMIONATTO, I. Razões para continuar utilizando a categoria sociedade civil. In: LUIZ, D. E. C. (org.). Sociedade Civil e Democracia: expressões contemporâneas. São Paulo: Veras, 2010.